

V.

Além das Assimetrias: Notas Críticas sobre mim na Mocidade e alguns outros Velhos Amigos

Albert O. Hirschman(*)

(Um dos percursores intelectuais da Teoria da Dependência contemporânea é Albert O. Hirschman com seu livro intitulado **National Power and the Structure of Foreign Trade** (1945) que examina o potencial político irreverente ao setor externo da economia. Focalizando as assimetrias nas relações econômicas entre os países e na manipulação possível dessas assimetrias, Hirschman descreve então as bases estruturais do poder e da influência no sistema internacional. Semelhantemente à moderna Teoria da Dependência, **National Power and the Structure of Foreign Trade** contém uma falha conceitual: ambos não consideram as forças dialéticas contra-restantes geradas por essas relações estruturais assimétricas. A preponderância de uma dada capacidade objetiva pode ser contrabalançada por uma assimetria vinda de uma vontade oposta, como por exemplo quando uma nação mais "fraca" deseja se libertar de uma dominação externa mais intensamente que a inclinação da nação mais "forte" para dominá-la. Outra força dialética pode derivar do desequilíbrio entre as atenções dedicadas por dois países uma vez que os envolvimento globais da nação mais forte pode levar à diluição de suas atenções enquanto o país mais fraco pode concentrar suas habilidades diplomáticas em apenas um ou uns poucos parceiros cruciais. Dest'arte, os cálculos baseados apenas no poder econômico i. e.,

(*) Albert O. Hirschman é Professor de Ciências Sociais no Institute for Advanced Study, Princeton, N.J. O autor agradece os comentários de Joseph Ben-David, Abraham F. Lowenthal e ao editor dessa coletânea.

na capacidade de inflingir punições por meios econômicos, são guias inadequados para a compreensão das relações abrangentes.) (N do E.)

“A Teoria da Dependência Reafirmada” foi o título da sessão plenária da convenção da Associação de Estudos Latino-Americanos em 1976. Em meus comentários como presidente da mesa apresentei alguns dos conferencistas tais como Fernando Henrique Cardoso e Oswaldo Sunkel, que estiveram dentre os primeiros a discutir a “dependência” no início dos anos sessenta, apontando-os como os pais dessa teoria. A seguir apresentei a mim mesmo como o avô frequentemente ignorado da teoria, devido ao que havia escrito em 1945 no livro **“National Power and the Structure of Foreign Trade”**. Fiquei, claro, muito feliz quando o Professor Caporaso, na introdução que fez a esse assunto, apoiou minha reivindicação. O ponto a ser tratado nesta nota, entretanto, não é substanciá-la mais, parece-me mais útil alinhar minhas perspectivas críticas atuais àquela **“Jugendschrift”** de 35 anos atrás (o manuscrito foi escrito na realidade entre 1941-42) e, nesse processo, criticar também alguns aspectos da literatura da dependência.

O pano de fundo histórico de meu livro foi o bem sucedido esforço da Alemanha de Hitler para aumentar seu comércio e suas influências políticas sobre o Leste e o Sudeste europeu durante a década dos trinta. Na tentativa de explicar o que havia ocorrido, insisti muito pouco na astúcia diabólica dos Nazistas, ou nas inovações técnicas do Dr. Schacht como o bilateralismo, as retenções de divisas, etc., mas sim sobre as características estruturais das relações econômicas internacionais que, como escrevi, “tornavam a busca do poder uma tarefa relativamente fácil” Os Nazista, segundo esta perspectiva, não haviam pervertido o sistema econômico internacional, mas apenas tinham capitalizado uma de suas potencialidades ou efeitos colaterais; pois “elementos do poder e desequilíbrio são potencialmente inerentes mesmo em relações comerciais tão pouco daninhas como as que ocorrem sempre, como por exemplo, entre países grandes e pequenos, ricos e pobres, industriais e agrícolas — relações que poderiam estar em perfeita concordância com os princípios ensinados pela Teoria do Comércio Internacional” (p. 40).

É esta posição, obviamente, que é responsável pela durabilidade de meu livro: as dimensões políticas e os efeitos colaterais

do comércio e do investimento externos ainda estão bastante presentes em nossos dias — dois exemplos disso são as relações dos Estados Unidos com a América Latina e as da União Soviética com o Leste da Europa⁽¹⁾.

M Ao forjar uma ligação entre a Economia Internacional e a Política, enfoquei principalmente o conceito econômico de “ganhos do comércio” e mostrei como, em concordância com a máxima que “*fortuna est servitus*”, esse ganho pode levar à dependência o país que recebe o ganho em relação ao país que o concede. Procedendo ao longo das hipóteses da teoria clássica, supuz que ambos os países ganham, mas enfatizei que em um grande número de constelações esses ganhos são assimétricos: um dado volume de comércio entre os países (A) e (B) pode ser mais importante para (B) que para (A). Um reflexo quantitativo simples dessa assimetria apresenta-se no caso bastante freqüente em que um país pequeno e pobre (B) realiza uma grande parcela de seu comércio com um país rico e grande (A). Nesse caso, as importações que (A) faz de (B) podem representar digamos 80 por cento das exportações totais de (B) mas somar apenas 3 por cento das importações totais de (A). Eu ressalté bastante a importância de assimetrias e disparidades como esta e imaginei vários instrumentos estatísticos para medi-las.

Isso basta no tocante às minhas responsabilidades avoengas. Após haver explicado como as relações de influência, dependência e dominação nascem do comércio “mutuamente benéfico”, deixei a questão nesses termos, exceção feita a algumas propostas, retrospectivamente bastante ingênuas, para se “atingir a uma internacionalização do poder derivado do comércio exterior” (p. 80). Em outras palavras, invoquei um “*deus ex machina*”; afastei a desagradável realidade que tinha desvendado invés de examiná-la mais detidamente para descobrir se havia algum fator modificador ou algum remédio embutido internamente. Nesse aspecto, meu tratamento tinha novamente bastante em comum com o tratamento de muitas teóricas da dependência: eles também tendem a ficar contentes com a demonstração que as relações de dependência estão entranhadas profundamente na estru-

(1) Nesse aspecto, um uso explícito da minha abordagem teórica pode ser encontrado em Paul Maner, «*The Political Economy of Soviet Relations with Eastern Europe*», em S. J. Rosen e J.R. Kurth, editores, *Testing Theories of Economic Imperialism* (Lexington, Mass., Lexington Books, 1974) pp. 231-60.

tura do sistema internacional; dificilmente exploram a possibilidade do sistema conter as “sementes de sua própria destruição” ou de ser possível de alguma outra modificação. Se invocam a revolução é também como um “**deus ex machina**”, invés dela surgir devido a terem identificado forças em emergência capazes de encetarem aquele evento desejado.]

Pode ser instrutivo indicar como esse defeito comum do meu tratamento original e da maioria dos textos dependentistas poderia ser remediado tomando como ponto de partida a mesma situação de assimetria antes apontada: um fluxo comercial idêntico que representa a parcela principal do comércio externo do país pequeno e pobre ao passo que ocupa apenas uma pequena posição no comércio total do país grande e rico. A interferência direta dessa situação é que o país grande, tendo um interesse muito menor no comércio comum que o país pequeno, pode submeter esse último a sua vontade, dando pistas suáveis ou mesmo não tão suáveis que os ganhos derivados do comércio podem ser retirados. Mas a próxima questão é então: quão sólida ou estável é a relação de dominação e dependência resultante?

Em seu livro recente, **Beyond Economic Man**, Harvey Leibenstein lembrou-nos de uma crítica de Tolstoy ^{em} **Guerra e Paz**, sobre aqueles estratégias militares que predizem o resultado das batalhas olhando apenas para os elementos quantificáveis das forças em choque, tais como o número de homens e armas — Tolstoy sublinhava a importância do espírito de luta e do moral como um fator decisivo. Esse pensamento tem uma relevância óbvia para nosso assunto. A capacidade de infligir privações é mais fácil de quantificar que a capacidade de aceitá-las em nome, digamos, da libertação da dominação externa, e no passado recente houve vários episódios importantes onde esta capacidade foi subestimada, com resultados desastrosos para aqueles que pensavam que “objetivamente” estavam destinados a triunfar.

Conquanto esse fator — a capacidade de aceitar punições econômicas (ou físicas) — deva ser levado em conta ao se avaliar a estabilidade da relação de dependência, não se pode contar com ela. Fazer isso equivale novamente a invocar um “**deus ex machina**”. O que estamos procurando é uma relação mais confiável entre a assimetria inicial e alguma tendência imbutida para sua eliminação ou redução. Talvez tal relação possa ser obtida a partir da seguinte conjectura, baseada principalmente em

observações das relações Estados Unidos — América Latina. Um país cujo comércio ou investimento está enlaçado a um país rico e grande, em algum ponto, tende a devotar sua atenção com total concentração a essa situação desconfortável e a tentar afrouxar ou cortar esses laços. Mas o país grande e rico que efetua apenas uma pequena fração de sua relações econômicas internacionais com o país que domina, normalmente está preocupado com seus outros interesses mais vitais, por exemplo, com suas relações com os outros grandes poderes. Assim, nossa disparidade econômica gera uma disparidade de **atenção**, ou pelo menos de atenção do primeiro escalão para usar a linguagem dos políticos burocráticos. Essa disparidade favorece agora o país **dependente**: aquele país pobre tenderá a buscar sua fuga da denominação de modo mais ativo e vigoroso que o país dominante trabalhará para evitar essa fuga. Diz-se que o Império Britânico foi obtido num acesso de desatenção. Como quer que isso seja, parece mais convincente a proposição que os impérios, formais ou informais, tendem a sucumbir desse modo.

Nos Estados Unidos a falta de atenção para com a América Latina ao nível do primeiro escalão tem sido apontada frequentemente⁽²⁾. Geralmente isso tem sido lamentado; essa atitude de omissão, diz o argumento, deixa o campo aberto aos interesses de partes — como comerciantes, banqueiros, investidores — com interesses diretos, nesses países. Por outro lado é bastante correto que nas ocasiões em que, quando de alguma crise, o primeiro escalão de Washington se ocupou seriamente com as questões relativas à América Latina, percebeu-se que o interesse nacional dos Estados Unidos não coincidia de modo algum com os interesses de curto prazo de grupos ou indivíduos comerciantes, e implementaram-se então ações mais responsivas às aspirações da América Latina. Mas seria totalmente ilegítimo concluir desses poucos casos que a América Latina estaria em melhor situação se seus assuntos fossem continuamente cuidados, como os da China e da Rússia por exemplo, no mais alto nível governamental.

Do ponto de vista das aspirações da América Latina, a vantagem de que as matérias do dia a dia sejam cuidadas por diplo-

(2) Veja em particular Richard Bloomfield, «Understanding United States Policy Toward Latin America: The Need for New Approaches», in A.F. Lowenthal and E.R. May, eds., **The United States and Latin America: The Politics of Policy-Making** (Harvard University Press, no prelo).

matas dos escalões inferiores, grandemente influenciados pela comunidade dos negócios é exatamente que as políticas assim decididas geralmente são de pouca visão bem como razoavelmente predizíveis. (Ocasionalmente podem se tornar tão absurdas e conflitantes que têm de serem corrigidas por uma operação de salvamento empreendida pelo escalão superior). Por essas razões, não são competidores à altura de um adversário determinado. Em outros termos, para que o esforço de um país no sentido de diminuir sua dependência prospere, não há substituto para aquela “sábua e sã negligência” por parte do poder imperial que Burke há muito tempo atrás reconheceu como a causa básica da força crescente das colônias inglesas na América do Norte. É minha contenção que a possibilidade de uma negligência semelhante — e da atenção concentrada correspondente por parte do país dependente — está inscrita nas porcentagens assimétricas do comércio tanto como os fatos da dependência e dominação em si.

No que concerne às relações Estados Unidos — América Latina, o argumento anterior poderia ser criticado apontando-se para as numerosas intervenções dos Estados Unidos nos assuntos Latino Americanos, desde aquelas ações remotas no México, no Mar do Caribe, na América Central, às ações mais recentes na Guatemala, Cuba, República Dominicana e Chile, para mencionar apenas os casos mais conhecidos. Que tipo de negligência é essa, pode-se perguntar, que resulta nesse padrão de conduta? Deve-se reconhecer que a potência dominante, seja ela os Estados Unidos, ou a União Soviética, tem sido capaz de usar o poder militar, aberta ou disfarçadamente, quando julga que um país de sua esfera de influência está fugindo ou mesmo indo “longe demais” Mas isso não significa absolutamente que o país dependente não possui nenhuma margem de manobra. O ponto que estou levantando pode ser reformulado como se segue: devido à disparidade de atenção, os países dependentes estão em posição favorável para utilizar todo campo de manobra que possam ter e dessa forma podem alargar esse campo; por outro lado, dentro de limites que geralmente são incertos e em constante mudança, é improvável que a nação dominante dedique a atenção e conduza o esforço necessário para contrabalançar ou efetivamente refletir os países dependentes em luta para atingir um maior grau de autonomia.

A possibilidade de um movimento dialético que possa transformar uma relação assimétrica, não em sua inversa à la Hegel,

mas pelo menos em uma relação com a assimetria consideravelmente reduzida, foi sugerida aqui apenas para uma variedade específica de dependência — aquela baseada no tipo de padrão assimétrico de comércio e de investimento focalizado em meu livro. Há na verdade um certo número de situações mais familiares onde a dominação ou dependência inicial ativam tendências na direção oposta: por exemplo, quando um país que domina o mercado mundial de uma mercadoria eleva seu preço e em consequência disso ao final acaba perdendo seu monopólio pois novos produtores de outras regiões se aproveitam do preço de oferta mais elevado; ou quando um país que inicialmente tinha pouco poder de barganha em relação a uma firma desejosa de explorar seus recursos naturais, aumenta seu poder ao longo do tempo tanto devido a que as instalações da firma, uma vez concluídas, são cativas do país receptor e quanto devido a que esse país provavelmente, no devido tempo, irá insistir em treinar seus próprios técnicos e demais pessoal qualificado, um grupo que poderia fazer funcionar a firma no caso de uma expropriação. No geral, as relações de comércio e de investimento entre países A e B podem levar inicialmente a uma dependência de B em relação a A, devido às várias assimetrias existentes, mas à medida em que o intercâmbio econômico aumente os recursos postos sob o comando de B, torna-se possível para B, através da diversificação e outros meios, procurar praticar uma política que diminua a dependência mesmo ao custo de perda de alguns desses ganhos de bem-estar.

Deve-se notar que os mecanismos pelos quais tais forças contra-restantes surgem são muito diferentes de caso para caso: variam desde reações econômicas puras, como no caso da prática de preços monopolistas, a considerações políticas puras como em minha tentativa de mostrar que um padrão de comércio assimétrico pode levar a graus assimétricos de atenção para com esse padrão. Especificar tais mecanismos é qualquer coisa de muito difícil, particularmente quando, como no último caso, a assimetria inicial e as relações de dependência estão fundadas na economia enquanto que as contra-tendências baseiam-se no surgimento de algum tipo de reação política.

Mas a falha em descobrir as contra-tendências não se deve apenas às dificuldades que surgem da travessia das fronteiras inter-disciplinares: em grande parte deve ser atribuída a uma orientação intelectual que é tanto o que chamaria de anti-possibilis-

ta quanto não dialética⁽³⁾. Pois muitas das contra-tendências que podem ser descobertas são possibilidades invés de certezas, e os cientistas sociais geralmente consideram desmerecedor de sua dignidade científica lidar com possibilidades antes que **efetivamente** tenham se tornado concretas e possam então pelo menos serem redefinidas como uma probabilidade.

Atitudes intelectuais como essas afetaram muito da teorização sobre a dependência. Além disso, uma das principais questões que levou a essa teorização nos anos sessenta foi a questão a respeito de se a intensa industrialização que a América Latina atravessava desde a Segunda Guerra Mundial levaria a uma mudança radical de sua característica de “periferia” dependente de um “centro” dominante. Os teóricos da dependência responderam essa questão fortemente na negativa e argumentaram que uma América Latina industrializada ficaria ainda mais dependente dos países avançados, embora de um modo diferente e talvez mais sutil. Como acontece freqüentemente nas ciências sociais, o sucesso da teoria baseia-se em parte na natureza pouco óbvia de suas assertivas; em parte seu sucesso se deveu também à ingenuidade daqueles que saudaram a industrialização como a cura de toda a pobreza e atraso da América Latina. Mas a demonstração de que as esperanças quanto à possibilidade de fuga da dominação estejam condenadas não importa o que aconteça ao desenvolvimento das forças produtivas, dificilmente pode ser repetida indefinidamente. Seria um remanescente da absurda doutrina Stalinista dos anos trinta — que é claro serviu para justificar os expurgos — que quanto mais próximo estivesse o país do estágio final do Comunismo mais aguda se tornaria a luta de classes e mais intensivamente ela deve ser encetada.

Felizmente alguns cientistas sociais da América Latina estão reconhecendo que, em sua forma original, a tese da dependência está sujeita a retornos intelectuais decrescentes e começaram a explorar o “caráter contraditório dos processos sociais” Conforme espero ter demonstrado aqui, estas são as linhas ao longo das quais as descobertas mais interessantes estão sendo feitas agora.

(3) Veja minha defesa da «paixão pelo possível» (frase atribuída a Kierkegaard) na introdução do livro **A Bias For Hope: Essays on Development and Latin-America** (New Haven, Conn., Yale University Press, 1971), pp. 26-37.